



PROCESSO Nº 2430/2015

MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO

REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

OBJETO: Locação de imóvel, pertencente ao Sra. Luana Claudia Nogueira de Sousa

PARECER Nº 193/2015 – CONGEM

1. RELATÓRIO

Versam os presentes autos acerca da locação de imóvel de propriedade da **Sra. Luana Claudia Nogueira de Sousa**, destinado ao funcionamento da **EMEF. Prof. Raimundinho**, no período de 12 (doze) meses a partir de 05/01/2015 á 31/12/2015 através de DISPENSA DE LICITAÇÃO, com base no art. 24, X, c/c art. 26, parágrafo único, I, da Lei nº 8. 666/93

O processo em epígrafe encontra-se autuado, protocolado e numerado até as folhas 31, em 01 (um) volume, o qual foi instruído com a seguinte documentação:

- Proposta para Locação de Imóvel (fls. 02);
- Orçamento obtido perante 03 (três) empresas pertinente ao ramo de locação de imóveis (fls. 03/05);
- Imagens do imóvel a ser locado (fls. 06);
- Declaração do locador, na qual informa não ser funcionário público municipal (fls. 07);
- Extrato de especificação da Dotação Orçamentária para realização de tal despesa (fls. 08);
- Memorando nº 0063/2014, no qual solicita a Elaboração do Contrato do Imóvel (fls. 09);
- Justificativa para locação de imóveis (fls. 10);
- Declaração subscrita pelo Secretário Municipal de Educação, atestando que a despesa não comprometerá o orçamento de 2015, estando em conformidade orçamentária e financeira com a LOA, o PPA e a LDO (fls. 11);
- Termo de Autorização no qual informa a utilização de recursos (fls. 12);
- Termo de Responsabilidade pelo acompanhamento, controle e fiscalização do contrato, assinado pelo servidor indicado (fls. 13);
- Cópia de documento pessoal do locador (fls. 14);
- Cópia dos dados bancários do locador (fls. 15);

CONGEM DIAUDI
Fls. Nº 34
Prefeitura Municipal de Marabá





- Comprovante de residência (fls. 16);
- Ficha Cadastral – v1.23 da UC (fls. 17);
- Documento de solicitação do Alvará de Licença de Venda (fls. 18/20);
- Certidões Atualizadas (fls. 21/25);
- Mem. Nº 0076/2015, no qual encaminha documentação necessária para Elaboração do Contrato (fls. 26);
- Minuta do Contrato de Locação de imóvel (fls. 27/28);
- Parecer nº 157/2015 – PROGEM, no qual opina de forma favorável (fls. 29/31);

Após a análise dos atos e termos do presente procedimento, observamos o seguinte:

II – FUNDAMENTAÇÃO

Trata-se de uma hipótese de dispensa, prevista expressamente no inciso X do artigo 24 da Lei nº 8.666/93. Vejamos o dispositivo:

Art. 24. In omissis.
X - para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia;
(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994).

Desta forma, os critérios exigidos pela Lei são os seguintes: que o imóvel locado seja destinado ao atendimento das finalidades precípuas da Administração; que existam motivos justificadores (necessidade de instalação e localização) que condicionem a sua escolha; e, que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia.

Conforme se preceitua o processo em análise, foi devidamente apresentada justificativa formal, da necessidade de renovação de contrato para locação do imóvel, destinado a atender ao programa da universalização do acesso à escola pública na educação básica, com o intuito de incluir, em 2015, todas as crianças em idade escolar nas escolas da rede municipal – ensino fundamental. Por conseguinte, a necessidade imperiosa de contratação direta.

Outrossim, o valor mensal de R\$ 6.000,00 (Seis mil reais) do aluguel a ser contratado, foi o menor preço cotado dentre a pesquisa realizada entre 03 (três) empresas do ramo imobiliário, o qual demonstra compatibilidade de preço com o mercado (fls. 03/05)

III - CONCLUSÃO

Da análise dos autos, restou evidenciado o atendimento de todos os requisitos estabelecidos no art. 24, X da Lei de Licitações.

Ademais, ficou comprovada nos autos a habilitação jurídica, a regularidade fiscal e trabalhista da locadora (fls. 21/25).





Observamos a ausência de numeração da última folha acostada aos autos.

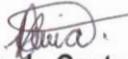
De se consignar, por oportuno, que o *caput* do art. 26 da Lei nº 8.666/93 impõe que **as dispensas previstas no art. 24 da Lei nº 8.666/93 devem ser comunicadas à autoridade superior, para fins de ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 05 (cinco) dias, como condição para eficácia dos atos.**

Nesse caso, recomendamos a adoção das providências legais transcritas acima.

Ante o exposto, desde que cumpridas à recomendação acima, não vislumbramos nenhum óbice ao prosseguimento do feito.

À apreciação e aprovação pelo Controlador Geral.

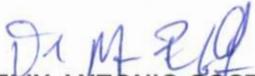
Marabá, 10 de março de 2015.


Karen de Castro Lima
Analista de Controle Interno
Matrícula nº 39.657


Luciane de Novaes Freitas Leal
Diretora de Análise Processual
Matrícula nº 39.679

De acordo.

À CPL/PMM, para conhecimento e adoção das providências subseqüentes.


FELIX ANTONIO COSTA DE OLIVEIRA
Controlador Geral do Município
Portaria 015/2013-GP



